

SEGURANÇA PARA INGLÊS VER: UMA ANÁLISE DO CONTEÚDO DO JORNAL O GLOBO E DO COMITÊ POPULAR SOBRE A SEGURANÇA NO RIO DE JANEIRO DURANTE A COPA DO MUNDO DE 2014
SAFETY FOR ENGLISH TO SEE: AN ANALYSIS OF CONTENTS OF THE NEWSPAPER O GLOBO AND THE PEOPLE'S COMMITTEE ABOUT THE SAFETY IN RIO DE JANEIRO DURING THE 2014 WORLD CUP

Igor Lacerda¹

RESUMO: Este estudo se propõe a analisar e estabelecer comparações entre as representações de segurança no Rio de Janeiro, durante a Copa do Mundo de 2014, criadas pelo jornal O Globo e pelo dossiê Megaeventos e violações dos direitos humanos. Para evidenciar elementos que contribuam para o entendimento de contradições e proximidades das diferentes narrativas, utilizamos a análise de conteúdo, seguindo as diretrizes de Bardin (2016). Para compreender as construções simbólicas contidas nas páginas dos documentos, recorreremos à teoria de representações sociais, de acordo com as diretrizes de Jovchelovitch (2000). Os dados revelam que a mídia tradicional deu mais destaque aos benefícios que o Rio receberia com a chegada dos jogos, enquanto a mídia alternativa deu mais visibilidade às necessidades e reivindicações do povo. Acredita-se que as representações criadas pelos atores sociais sobre a cidade sede da Copa registram a memória, auxiliando-nos a investigar o que restou de um mundo antigo, e a amar ou rejeitar o que é novo.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Pública; Representação Social; Segurança; Megaeventos; Copa do Mundo.

ABSTRACT: This study aims to analyze and establish comparisons between the security representations in Rio de Janeiro, during the 2014 World Cup, created by the newspaper O Globo and the dossier Megaevents and human rights violations. In order to evidence elements that contribute to the understanding of contradictions and proximity of the

¹ Publicitário - Universidade Veiga de Almeida (UVA). Contato: igorlacerdasa@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-6347-4356>

different narratives, we use content analysis, following the guidelines of Bardin (2016). In order to understand the symbolic constructions contained in the pages of the documents, we have recourse to the theory of social representations, according to Jovchelovitch's (2000) directives. The data reveal that the traditional media gave more evidence to the benefits that Rio would receive with the arrival of the games, while the alternative media gave more visibility to the needs and demands of the people. It is believed that the representations created by the social actors about the host city of the World Cup register memory, helping us to investigate what remains of an ancient world, and to enjoy or reject what is new.

KEY-WORDS: Public communication; Social Representation, Security; Megaevents; World Cup.

INTRODUÇÃO À NARRATIVIDADE URBANA

É significativo e democrático que os moradores do Rio de Janeiro tenham condições de se autorrepresentar, representar sua cidade e seus conflitos. No entanto, ainda não é comum encontrar seus discursos nos veículos de comunicação de massa, por mais que o jornalismo e a publicidade tenham começado a ceder um espaço às contribuições enviadas pelo público.

Logo, quando os moradores do Rio se reúnem para contar suas experiências de violência policial e de violações dos direitos humanos em um dossiê divulgado pelas redes sociais, eles estão criando um caminho para que suas expressões cheguem aos representantes políticos e outros cariocas interessados nesses temas.

A relevância deste trabalho está no fato do corpus ser composto pelo jornal *O Globo* – produto de grande visibilidade e influência no Rio de Janeiro – e pelo dossiê *Megaeventos e violações dos direitos humanos*, documento criado por movimentos sociais, pesquisadores e habitantes de favela removidos de suas residências.

Assim, acredita-se que o discurso do dossiê torna-se ainda mais significativo por dar continuidade e confrontar, à sua maneira, um discurso midiático criado por jornalistas que precisavam seguir as diretrizes e, conseqüentemente, defender os interesses de uma

empresa de comunicação.

A mídia tradicional e os projetos urbanísticos apresentam uma metrópole renovada a fim de construir um “pensamento único” sobre elas, ignorando, algumas vezes, suas especificidades. A Rede Globo, por exemplo, investiu para ter o direito de transmitir os Jogos Olímpicos de 2016 e, por isso, tinha o interesse de atrair a atenção e o entusiasmo para o evento e para a cidade.

Mesmo tentando realizar uma construção de consenso sobre um projeto neoliberal de cidade, começaram a surgir as narrativas daqueles que moram e dão sentido ao urbano. Os discursos emitidos pelas pessoas que vivem no Rio foram replicados e tiveram a oportunidade de desmanchar, mesmo que de forma pequena, o consenso criado pelos produtos jornalísticos, publicitários e arquitetônicos, desafiando, assim, a “cidade do pensamento único” e seus idealizadores, como esclarece Arantes, Vainer e Maricato (2012).

Percebemos, então, que uma cidade polifônica como o Rio comunica o tempo todo, podendo ser apresentada por múltiplas vozes autônomas que podem se atravessar ou se relacionar. Essas vozes também se sobrepõem umas às outras, ficam segregadas ou podem obter mais ênfase, mas todas elas vão revelando a forma como diferentes sujeitos sentem a mesma cidade, como esclarece Canevacci (2004).

Uma cidade não consegue ser apresentada por uma única narrativa, pelo contrário, quando se analisa uma metrópole, é preciso considerar as muitas vozes que ecoam em seus diferentes espaços. A narratividade urbana sobre o Rio não é uma exclusividade dos meios de comunicação de massa, pois as narrativas sobre Rio também são criadas através das redes sociais e dos meios de comunicação populares, utilizados por moradores que dissertam sobre o próprio cotidiano.

Além disso, os registros sobre a cidade não se restringem às tecnologias de informação, surgem representações nas rodas de samba nos arredores da Lapa, nos versos cantados pelos amantes da bossa nova frente às praias da Zona Sul, nas pichações que dão mais vida às paredes cinza da Central do Brasil, nos *lambe-lambes* colados nos muros de Santa Teresa, nas conversas entre amigos ou desconhecidos nos botecos da Cinelândia e/ou nos discursos persuasivos de vendedores ambulantes que ocupam a

Uruguaiana ou Copacabana.

A cidade é descrita diariamente pelo coletivo, por todos que circulam e ocupam seus espaços. No território urbano, o corpo dos sujeitos se funde ao corpo da cidade, formando um único corpo. Com a junção desses dois corpos, o destino de um não se separa do destino do outro, adquirindo as mesmas dimensões culturais, materiais, econômicas e históricas, como esclarece Orlandi (2014).

A cidade está marcada nos corpos de seus moradores e, por isso, quando eles a apresentam, também falam sobre suas próprias vidas. Sendo assim, os sujeitos urbanos e suas representações passam a ser importantes para fazer o registro das memórias das metrópoles, dos tempos antigos e das situações já vivenciadas, auxiliando-nos a, no futuro, imaginar mundos diferentes, pensar sobre realidades sociais ou simplesmente observar o que restou de um mundo antigo, amar o que é novo ou até mesmo rejeitá-lo.

A questão que se apresenta nesse artigo se refere às construções de sentidos referentes à segurança pública, a partir dos pontos de vista do povo e da mídia. Temos os entendimentos de ações de segurança pública que ocorreram no Rio de Janeiro em 2014 contados na cobertura jornalística do jornal *O Globo* e no documento produzido pelo Comitê Popular – organização formada por movimentos sociais, pesquisadores e moradores de favela removidos de suas casas.

A análise de conteúdo será utilizada para auxiliar na busca por elementos-chave desses conteúdos e, assim, estabelecer inferências sobre as narrativas. Seguem-se as diretrizes de Bardin (2016) por acreditar que elas sejam um meio simples e sistemático de explorar os documentos sem perder os possíveis pensamentos, sentimentos, memórias e planos.

Para promover o entendimento das construções simbólicas identificadas pela análise de conteúdo, esse estudo se valerá da teoria de representações sociais, seguindo a visão de Jovchelovitch (2000) de que tais representações constroem e reconstroem a realidade por possuir caráter de produção de sentido, expressando, assim, o trabalho do psiquismo humano sobre o mundo.

1 A NARRATIVA DO POVO E DA MÍDIA

O corpus desse trabalho é composto por produtos jornalísticos que apresentam entendimentos sobre a segurança pública no Rio de Janeiro, durante a Copa de 2014, tanto pela visão da mídia, através das matérias do jornal *O Globo*, quanto pela visão de moradores, por meio do *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro*, dossiê produzido pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas.

A escolha de *O Globo* como objeto de estudo foi feita mediante a verificação de que é o jornal de maior circulação e influência no Rio de Janeiro e pelo fato de a organização ter adquirido o direito de transmitir os jogos da Copa – tendo, então, o interesse em conquistar atenção para o megaevento e criar boas expectativas em seu público.

Para contrapor a visão do jornal, optamos pelo dossiê, *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*, por ser um material que contém a visão de movimentos sociais, sindicatos, instituições acadêmicas, lideranças populares e órgãos de direitos humanos que se uniram para formar o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas.

O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas registra suas reivindicações e ações em dossiês desde 2010, quando descobriram que a cidade receberia os megaeventos. Atualmente, o grupo conta com quatro dossiês. Entre todos os produtos criados pelo Comitê, escolhemos o dossiê *Megaeventos e as violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro* produzido de 2014, por apresentar dados atualizados sobre a segurança pública.

O contato com o corpus auxiliou na criação de "categorias temáticas", e as narrativas foram classificadas e codificadas de acordo com os temas correspondentes a cada categoria. A análise temática diminuiu a complexidade dos textos, ao mesmo tempo em que a classificação e a contagem produziram uma quantidade considerável de materiais.

As inferências produzidas pela separação do texto em categorias foram importantes para compreender a representação criada pela mídia e pelo povo. Essas inferências serão baseadas em indicadores quantitativos que apontaram a recorrência de determinadas abordagens e temas, gerando os conhecimentos sobre as narrativas. De

acordo com o propósito desta investigação, optou-se pela teoria de representações sociais, seguindo a visão de Jovchelovitch (2000).

2 COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A comunicação pública tem a intenção de ajudar a construir a cidadania e as práticas cidadãs através do acesso e uso da informação. A conquista de direitos políticos, civis e sociais, bem como a compreensão de seus deveres, pode ser propiciada pelos meios que os indivíduos têm de obter o conhecimento sobre seus direitos e deveres.

A disseminação de informação junto a livre circulação de conteúdos podem fomentar discussões críticas que dizem respeito à construção de uma sociedade mais justa e com mais oportunidades para quem a habita, como esclarece Araújo (1999).

Assim, a informação aparece nos processos de comunicação pública como sendo um elemento basilar e essencial. Os procedimentos de comunicação, dentro da perspectiva de comunicação pública, pretendem focar suas ações no cidadão, criando alternativas para possibilitar não só o acesso à informação, mas também as formas de expressão e interação.

A informação na sociedade contemporânea vai se mostrando como uma peça-chave para que os cidadãos, cada vez mais conectados, consigam se transformar em agentes ativos dentro de uma rede comunicativa, como diz Carvalho e Santos (2009).

Ainda de acordo com os autores, ao receber e produzir novos conteúdos, os indivíduos são capazes de gerar "coletivos inteligentes" que podem alimentar um ciclo comunicacional que consiste em obter a informação, transforma-la em conhecimento, desenvolver novos conteúdos e propagá-los a fim de gerar mais conhecimentos, sob outros pontos de vista.

O termo "comunicação pública" tem sido um tema estudado na contemporaneidade, e, por esse motivo, é possível dizer que ele é pensado dentro da Sociedade da Informação.

Andrade (2001) esclarece que sociedade da informação é uma estrutura social cujo funcionamento depende das redes digitais de informação e, por isso, tem como

resultado o desenvolvimento aparelhos transmissores e receptores de conteúdos. Esta é uma das formas que a sociedade pós-industrial, inserida na pós-modernidade, fundada na “teco-ciência” – principalmente na informática – utiliza para modificar suas estruturas econômicas, relações sociais e modos de produção e trabalho.

Os meios de comunicação, a partir da sociedade de informação, passaram, aos poucos, a contar com novos recursos e com um fazer comunicacional global, instantâneo e interativo, conforme aponta Andrade (2001). Logo, devido às oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias, uma grande parte do mundo passa a estar conectada, como uma “comunidade mundial”, e a transmitir suas questões locais em tempo real para outras partes do globo terrestre.

Assim, a informação é percebida como um alicerce para a formação do conhecimento e, através dela, é possível interpretar os fatos, dialogar com outras pessoas, formar e transmitir opiniões, tomar decisões individuais ou conjuntas e, só assim, ter chances de colaborar com a transformação de determinada realidade, como explica Araújo (1999).

O fazer comunicacional da comunicação pública não é realizado apenas pelo emissor, ele remete a participação de muitas pessoas, incluindo os receptores. Por essa razão, muitos teóricos se apresentam favoravelmente às políticas públicas que garantem o acesso facilitado e ilimitado da população aos meios capazes de transmitir e receber notícias. Afinal, de acordo com Duarte (2012), quando os conteúdos são propagados e as mensagens são recebidas e compreendidas corretamente, a noção de conhecimento pode ser produzida a partir de perspectivas mais plurais e, assim, trazer benefícios para toda a sociedade.

Ainda segundo o autor, a atuação da comunicação pública exige que o comunicador se proponha a ceder um espaço aos interesses dos públicos, tendo a intenção de centralizar os processos de comunicação nas aspirações e necessidades dos cidadãos. Para isso, ele diz que é preciso adaptar os instrumentos de comunicação às necessidades, às possibilidades e aos interesses dos públicos, optando por um fazer comunicacional amplo, que não fique restrito à transmissão de informação, mas que

possibilite a produção e divulgação de novos conteúdos, revelando, assim, outras visões de mundo.

A informação em comunicação pública normalmente tem o propósito de tratar de interesses gerais, aqueles surgem naturalmente dos grupos sociais, além de, graças ao contato que os indivíduos passam a ter com os aparelhos transmissores de conhecimento, viabilizar os movimentos e ações em favor dos direitos dos cidadãos e a divulgação de experiências populares sobre o universo que os cerca.

Independente da área de atuação em que são utilizadas, conforme Duarte (2012), as informações do âmbito da comunicação pública tendem a dialogar e instruir o público, podendo se dividir em ao menos sete categorias: (1) informações institucionais são aquelas que tratam do papel, das responsabilidades e do funcionamento das instituições; (2) informações de gestão são relacionadas às decisões e ações dos agentes que lidam com o interesse público; (3) informações de utilidade pública estão vinculadas aos temas que modificam o dia-a-dia dos cidadãos, geralmente têm o objetivo de informar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para temas de seu interesse; (4) informações de interesses privados focam em conectar o cidadão às organizações; (5) informações mercadológicas dialogam sobre os produtos e os serviços lançados no mercado; (6) informações de prestação de contas esclarecem sobre as decisões políticas, como e o porquê os recursos públicos foram utilizados, possibilitando que as decisões sejam avaliadas e fiscalizadas; e, por fim, (7) informações de dados públicos, aquelas que estão sob o controle do Estado e que se referem ao funcionamento e ao conjunto da sociedade.

A informação é utilizada para desenvolver potencial criativo e intelectual do público, além de entreter, dar sentido às atividades realizadas pelos indivíduos e propagar as propostas e discordâncias às decisões do Estado, principalmente aquelas que interferem diretamente no cotidiano dessas populações.

As organizações não governamentais, os sindicatos, os movimentos sociais e as associações de moradores – ou seja, todos os grupos de indivíduos que se unem para tentar modificar o universo em que estão inseridos – também estão se adaptando a esse cenário criado pela sociedade da informação com a finalidade gerar conhecimentos relacionados aos direitos políticos, sociais e civis dos cidadãos e, assim, contribuir para o

exercício da cidadania em sua plenitude, como esclarece Ferreira (2003).

De acordo com Moraes (apud BARROS; BERNARDES, 2011, p. 04), os conteúdos divulgados pelas organizações da sociedade civil falam sobre os temas relacionados às liberdades individuais, incluindo a liberdade de pensar e se expressa; as várias formas de participação das decisões e de questionar os representantes políticos; o direito à segurança econômica, educação, saúde e previdência social.

Vemos, então, que graças à comunicação, os grupos organizados por membros da sociedade civil têm adquirido certa emancipação e, por isso, estão sendo norteados por princípios de autonomia e participação, em direção à criação de indivíduos que sejam capazes de interferir no mundo ao mesmo tempo em que transformam a própria realidade.

2.1. Rio da Copa: Um cenário de produção de sentido

O Rio de Janeiro é representado por muitos produtos fílmicos, jornalísticos e publicitários como uma cidade violenta. Isso faz com que turistas de outros países e estados brasileiros lembrem-se dessa cidade como um local perigoso e violento, lembranças que prejudicariam a imagem de uma metrópole que deseja ser reconhecida como global e desenvolvida.

Essas representações são saberes sobre a cidade e seus habitantes, criadas e mantidas pelos sujeitos. São construções coletivas, fruto de uma cultura compartilhada. Essas produções e transmissões são feitas por atos de comunicação, ou seja, diálogos, linguagens e em produtos de comunicação, como explica Jovchelovitch (2000).

De acordo com Jovchelovitch (2000), as representações sociais, a apresentação de um objeto ou indivíduo, são incubadas e transmitidas pelas reuniões públicas, nos encontros, nas ruas da cidade, entre as conversas de amigos, nas instituições sociais e nos veículos de comunicação.

Os meios de comunicação, por causa de seu grande alcance, são tidos como os principais criadores e divulgadores de representações sociais. Sabendo disso, a Copa do Mundo de 2014, um megaevento com um grande alcance midiático, foi uma grande oportunidade para trabalhar a imagem do Rio.

Jaguaribe (2011) explica que para sediar esse megaevento e para conquistar turistas no futuro, mesmo após a Copa, as autoridades administrativas, os empresários, os urbanistas e as empresas de comunicação se uniram para fazer o *branding* urbano da cidade-sede. O propósito dessa técnica de publicidade foi ressaltar o histórico de conquistas da cidade e, assim, produzir representações positivas.

Tratar a representação do Rio de Janeiro perigoso e violento foi um dos propósitos desse *branding* urbano, pois elas seriam prejudiciais à idealização de um Rio global e renovado. Tanto que em fevereiro de 2014, poucos meses antes da Copa do Mundo, o delegado Fernando Veloso, chefe de Polícia Civil, disse ao jornal O Globo que megaeventos anteriores trouxeram experiências à polícia e, agora, eles seriam capazes de lidar com manifestantes, narcotraficantes e jovens pobres em *shoppings*, os chamados rolêzinhos. Nessa entrevista, Veloso transmitiu sua mensagem: a Copa e as Olimpíadas podem vir, pois "temos o *know how* para essas demandas".

Vemos, assim, que a imprensa tradicional e os planejadores urbanos tinham o propósito de criar um consenso, uma cidade de pensamento único, transmitindo uma imagem de cidade revitalizada. Vainer (2016) esclarece que para os idealizadores desse pensamento único, a cidade é uma mercadoria, uma empresa e uma pátria. A cidade é uma mercadoria a ser vendida em um mercado competitivo, uma empresa que busca aumentar a sua capacidade de consumidores e uma pátria que precisa gerar um sentimento de orgulho em seus atores pelo passado e futuro.

Os moradores do Rio demonstraram ter entendido que na produção da cidade neoliberal as políticas de segurança pública são utilizadas pelos poderes públicos para legitimar os interesses do mercado. Mas, mesmo com a tentativa de construir esse consenso discursivo e arquitetônico, as insatisfações daqueles que moram, sentem as mudanças e dão sentido ao urbano começaram a ocupar as ruas e as redes.

Foram manifestações, criadas desde 2013, por habitantes da metrópole. Eles usaram plenárias, cursos para lideranças, atos públicos e a *web* para divulgar seus ideais, definir diretrizes e dialogar com outros moradores do Rio, principalmente aqueles que não conheciam as propostas populares.

Entre esses grupos é possível citar exemplos como: o Meu Rio, fundado em 2011,

com o propósito de recolher as reivindicações e divulgar as decisões dos cariocas que se mobilizam para cooperar para os rumos da cidade, o Ocupa Alemão, pensado em 2012, para que os moradores de favela tivessem condições de decidir sobre os planos para as favelas cariocas, e o Viva a Vila Autódromo, criado em 2012, com o intuito de levar a público as irregularidades de remoções de moradores, os atos violentos cometidos por policiais e os atrasos em aluguéis sociais.

Entre todos os assuntos debatidos por esses grupos, a segurança pública obteve mais destaque. A população do Rio queria ser ouvida por seus representantes políticos, participando das decisões que poderiam afetar suas vidas. Eles desejavam mais participação popular.

A imprensa e os cariocas, através das redes, apresentaram a cidade-sede da Copa do Mundo de 2014 antes, durante e depois. A mídia tinha a intenção de representar uma cidade global, renovada e segura. Os moradores, por outro lado, representaram o próprio cotidiano com seus aspectos positivos e negativos. Os sujeitos que vivenciaram o dia a dia da metrópole-sede foram às ruas para reivindicar o desenho de um cotidiano mais livre e democrático, e não somente um que pudesse ser exibido como cenário mundial.

3 A SEGURANÇA PÚBLICA NA CIDADE-SEDE

Os dados a seguir apontam diferenças e semelhanças entre as narrativas do jornal *O Globo*, com a visão da mídia sobre a Copa do Mundo, e do dossiê *Megaeventos e as violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro*, trazendo as percepções de moradores do Rio sobre o evento esportivo.

Os resultados serão descritos e acompanharão tabelas que apresentam a quantidade de ocorrência em cada categoria, assim os números em parênteses se referem à recorrência do tema em cada um dos materiais utilizados para análise. Foram contabilizadas referências sobre moradia, mobilidade urbana, segurança pública e meio ambiente.

A Tabela 3 expõe explicações concedidas pela mídia sobre os planos de segurança pública, principalmente durante os jogos da Copa do Mundo, e como a população que vive

o dia a dia da cidade tem sentido as mudanças provocadas por esses planos.

Comitê Popular	O Globo
Explicações sobre as metas populares para a questão da segurança pública (4)	Comunidades pacificadas são boas para receber visitantes (4)
Militarização de territórios populares e criminalização da população mais pobre (13)	Megaoperações militares contra o tráfico de drogas (8)
Mortes de favelados causadas por policiais ligados a Unidade de Polícia Pacificadora (43)	Plano de enfrentamento de manifestações populares (3)
A segurança pública será deixada como legado para as áreas nobres da cidade (1)	Manifestações são perigosas para a Copa (2)
Valorização de áreas da cidade após a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (10)	Os projetos de segurança pública trazem paz às favelas (6)
Planos de segurança são utilizados para reprimem as manifestações populares (29)	
Aumento do turismo na favela após a Unidade de Polícia Pacificadora (1)	

Tabela 1 – Segurança Pública

Fonte: Dados retirados do jornal O Globo e do Comitê Popular da Copa, produzidos em 2014.

As representações sociais sobre a segurança pública no Rio de Janeiro, cidade sede da Copa do Mundo de 2014, circularam e foram criadas durante encontros presenciais e virtuais. Essas representações foram transmitidas pelas redes sociais dos cariocas e por produtos jornalísticos e publicitários. Os canais do evento representaram o Rio e os cariocas, ao mesmo tempo em que foram utilizados para apresentar sua programação. Assim, os canais do evento, e o de outras empresas apoiadoras, representaram, à sua maneira, os cariocas e a cidade-sede, fazendo surgir outros canais dispostos a falar sobre o mesmo tema.

Vemos que “um emaranhado de novas tecnologias habita e, muitas vezes, constitui a rede de comunicação em que se baseia o evento, sendo, em alguns casos, essa rede mais importante que o próprio certame em questão” (FREITAS E FORTUNA, 2008, p. 09). Por isso, quanto mais estrutura comunicacional a cidade-sede tiver, mais chances ela tem de receber megaeventos e, com isso, transmitir representações sociais. A Copa do Mundo foi uma grande divulgadora de representações sobre o Rio e seus moradores.

Os moradores e suas mobilizações também fizeram parte desse emaranhado de novas tecnologias de representação. Eles organizaram atividades *online* e *offline* para debater a situação do Rio de Janeiro, expressando também a forma como eles estavam sentindo a metrópole naquele momento. As representações criadas pela mídia e pelo povo foram importantes para registrar esse período da cidade.

O Comitê Popular se propõe a explicar as metas da prefeitura do Rio de Janeiro para sanar as mazelas referentes à segurança pública, como pôde ser notado em 4 abordagens. Segundo a narrativa, a intenção que a mídia tradicional tem de publicizar a imagem de favelas mais seguras visa atrair turistas para esses locais, constatado em 1 trecho do documento. Entre as críticas feitas por esses moradores, notou-se pelo menos 10 vezes a possibilidade dos programas de segurança valorizarem partes da cidade em detrimento de outras.

O dossiê fala sobre a militarização de territórios populares e favelas, pois, de acordo com as 13 abordagens utilizadas nas notícias, os policiais que estão nessas áreas não respeitam seus habitantes. São narrados 43 casos de mortes causadas pelo confronto entre os policiais e os traficantes e, principalmente, pelo despreparo da polícia militar.

O Comitê Popular reconhece que a segurança pública é um dos benefícios deixados pelos grandes eventos e buscada pelas cidades que têm a intenção de ser reconhecidas como globais e desenvolvidas, essa ocorrência foi verificada em 1 dos textos do documento. Por outro lado, quando eles se reúnem para questionar as ações violentas de policiais, são tratados com repressão. A ideia de que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) são utilizadas para reprimir manifestações populares é assunto recorrente e foi exposta 29 vezes na narrativa pensada por integrantes de movimentos sociais.

As narrativas produzidas pelo jornal O Globo dão mais destaque a divulgação de ambientes mais seguros e com policiamento adequado, com a intenção de atrair mais turistas para áreas pouco visitadas. Antes, com o tráfico e seus atos de violência, os visitantes não podiam ou queriam visitar algumas áreas, mas, agora, graças às Unidades de Polícia Pacificadora, outras áreas podem ser mais exploradas pelo turismo – verificado 4 vezes.

O conteúdo noticioso mostra as “megaoperações militares” como uma alternativa para combater o narcotráfico, eles se propõem a explicar todas as vantagens desses planos em 8 momentos. Entre as explicações mais comuns para defender os projetos de segurança pública para as favelas cariocas, foram encontrados 6 argumentos de que as unidades de polícia seriam capazes de trazer paz às comunidades e seus moradores.

Surgiram muitas manifestações contrárias à Copa do Mundo e as narrativas emitidas pelos manifestantes poderiam ser prejudiciais à imagem que estava sendo construída para os jogos e para a cidade. A apresentação das manifestações populares como sendo prejudicial para Copa foi vista 2 vezes no decorrer do conteúdo noticioso de O Globo. Assim, percebeu-se que os policiais militares também foram utilizados para enfrentar as ações e atividades populares contrárias ao recebimento dos espetáculos, como pode ser constatado em 3 considerações.

Verificamos ao analisar os dois discursos que O Globo abordou o tema da segurança pública para transmitir um cenário sem violência e seguro para receber muitos turistas, empresários, atletas e artistas – e, assim, trazer novas oportunidades e prosperidade para as áreas de hotelaria, turismo, gastronomia e outras. O Comitê Popular, por outro lado, mostrou que as propostas de segurança estavam criminalizando a população mais pobre, reprimindo suas ações e luta pelo direito à cidade e à moradia, e exterminando parte dessas pessoas.

CONCLUSÃO

Apesar de existirem muitas narrativas nos meios de comunicação tradicionais representando o Rio de Janeiro e seus moradores, a maioria delas não é produzida por movimentos e lideranças populares. Ou seja, as narrativas que alcançam um grande público são criadas por profissionais de comunicação que precisam seguir as diretrizes de uma empresa de jornalismo e não por aqueles que são afetados pelos planos de segurança pública.

Por isso, este estudo buscou identificar as diferenças e semelhanças nos discursos de lideranças populares, no dossiê *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro*, e pelo produto de maior circulação e visibilidade na cidade, o jornal *O Globo*.

A pesquisa comparativa realizada neste estudo soma-se a outras vozes que apontam que produtos jornalísticos podem fabricar sentidos que reproduzem a realidade dos sujeitos e defini-la à sua maneira, como aponta Jovchelovitch (2000).

O dossiê, produzido pelo Comitê Popular, tratou a segurança pública como um legado positivo para as áreas mais nobres da cidade. A favela pode continuar sofrendo com as ações das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). Para eles, as UPPs servem para valorizar algumas áreas da cidade, uma estratégia capaz de afastar moradores pobres e atrair novos moradores.

O documento produzido por cariocas mostrou que a polícia matou habitantes de favela e reprimiu manifestações populares. Além disso, não existiam registros de diálogos

entre a "polícia pacificadora" e os moradores das favelas, pelo contrário: casas foram invadidas e pessoas foram agredidas.

O jornal *O Globo*, por outro lado, disse que as polícias trariam paz a um ambiente dominado pelo medo e pela insegurança. Ao tornar as favelas mais segura, elas poderiam receber mais visitantes. O conteúdo noticioso do periódico diz que as megaoperações são contra o narcotráfico e estão lá para ajudar os moradores, ignorando as violações de direitos humanos causadas por elas.

O Globo tratou as manifestações como um perigo para a Copa e apresentou os planos de segurança para contê-las. As manifestações populares foram combatidas porque, ao expor os problemas da cidade-sede, seus moradores quebravam um consenso discursivo sobre um Rio de Janeiro renovado e global. O espaço público midiático e espetacular representado no jornal servia aos interesses do mercado, impedindo que a cidade fosse utilizada como um espaço político por seus habitantes.

Vemos, assim, que o jornal de maior visibilidade na cidade-sede estava mais preocupado em apresentar as vantagens em receber um megaevento, dando menos espaço às críticas vindas das ruas e às violações aos direitos humanos praticadas por policiais. Nesse produto jornalístico a cidade serviu de vitrine que expõe seus produtos aos consumidores aptos a consumi-los.

O dossiê deu mais ênfase às ações da polícia dentro de favelas, expondo a militarização do território, a criminalização dos pobres e as mortes de moradores. Eles tinham a intenção de mostrar como os planejamentos neoliberais de cidade interferiram em suas vidas e como foram capazes de modificá-las. Em alguns momentos foi possível perceber que a cidade do Rio enquanto empresa-mercadoria não permitia a articulação de seus habitantes, utilizando as polícias para contê-los.

A Copa do Mundo de 2014 foi capaz de gerar um conflito de representações sobre a segurança pública no Rio de Janeiro. As representações sobre a cidade e seus habitantes não foram estáticas, pelo contrário, elas estavam sempre se transformando. Afinal, esses processos de comunicação e o conflito entre novas e velhas opiniões e estereótipos, se formam enquanto são produzidos e questionados, como diz Jovchelovitch (2000).

Nesse sentido, as representações que surgem sobre a sede durante esses

processos foram móveis, versáteis e estavam continuamente mudando. Essa pluralidade de representações gerou conflitos, o que não é prejudicial, pois as representações sociais necessitam do encontro de perspectivas diferentes, e dos choques que elas produzem, para que diferentes modos de vida possam co-existir e fazer emergir saberes que possuam flexibilidade sejam capazes de absorver novas formas de racionalidade, como explica Jovchelovitch.

Concluimos, assim, que as diferentes formas de saber sobre a segurança pública conseguiram ajudar as pessoas que desejavam interpretar a situação da cidade. Por meio dessas diferentes abordagens, as pessoas foram capazes de se posicionar e transmitir novas opiniões sobre o espaço urbano e o evento. Elas auxiliaram na leitura geral do universo. As representações sobre a metrópole foram constantemente criadas e recriadas, característica que faz parte das rápidas transformações desse mundo globalizado e conectado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sara. **A informação na sociedade contemporânea: uma breve abordagem sobre a sociedade da informação, o fenômeno global e a mundialização da cultural**. Revista Unirn, v. 1, n. 1, 2001, p. 207-216.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando o consenso**. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARAÚJO, Eliany. **Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras**. Revista eletrônica, v. 29, n. 2, 1999, p. 155-167.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70 - Brasil, 2016.

CARVALHO, Angela; SANTOS, Plácida. **Sociedade da informação e a aplicação da informação na sociedade contemporânea**. Intercom, 2009. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2483-1.pdf>>.

DUARTE, Jorge. "Instrumentos de Comunicação Pública". In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2012. p. 59-72.

FERREIRA, Rubens. **A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado**. Revista IBICT, v. 32, n. 1, 2003, p. 36-41.

FREITAS, Ricardo; FORTUNA, Vania. **O Rio de Janeiro continua lindo, o Rio de Janeiro continua sendo o grande palco brasileiro de megaeventos**. Intercom, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0714-1.pdf>>.

JAGUARIBE, Beatriz. **Imaginando a cidade maravilhosa: modernidade, espetáculo e espaços urbanos**. Famecos, v. 18, n. 2, 2011, p. 327-347.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MORAES, Dênis. **Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na internet**. Intercom, 2000. Disponível em: <www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2028>.

VAINER, Carlos. "Pátria, empresa e mercadoria". In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando o consenso**. Petrópolis: Vozes, 2013.



REVICE - Revista de Ciências do Estado
ISSN: 2525-8036
v3.n.1 JAN-JUL.2018
Periodicidade: Semestral

seer.ufmg.br/index.php/revice
revistadece@gmail.com

LACERDA, Igor. Segurança para inglês ver: uma análise do conteúdo do jornal o globo e do comitê popular sobre segurança no Rio de Janeiro durante a copa do mundo de 2014
Data de submissão: 30/08/2017 | Data de aprovação: 15/12/2017

A REVICE é uma revista eletrônica da graduação em Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais.

Como citar este artigo:

LACERDA, Igor. Segurança para inglês ver: uma análise do conteúdo do jornal o globo e do comitê popular sobre a segurando no Rio de Janeiro durante a copa do mundo de 2014. In: Revive - Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v.3, n.1, p.409-427, jan./jul. 2018.